

COMUNIDADES SURDAS: PRÁTICAS E PROPOSTAS

PROGRAMA RENAFOR

Vol. 2



ROBERTO DE FREITAS JUNIOR
CLARISSA LUNA BORGES FONSECA GUERRETTA
(ORGANIZADORES)

EDITORIA
ELOAR COMUNICAÇÃO 2025

Sumário

Prefácio

Práticas e reflexões no âmbito da educação bilíngue de Surdos: Novas Visões.

4

Roberto de Freitas Junior

Discussões

Práticas e reflexões no âmbito da educação bilíngue de Surdos: Novas Visões.	8
Roberto de Freitas Junior	
Produções audiovisuais acessíveis em projetos de extensão da UFRJ: "TradInter Lab" e "SinalArt"	21
Valeria Fernandes Nunes, Adriana Baptista de Souza, João José Macedo, Thabita de Oliveira Souza	
Como ensinar-fazer a tradução de/em textos-vídeos sinalizados em libras?	36
Glauber de Souza Lemos	
Processamento de leitura de pessoas surdas sinalizantes: dados psicolinguísticos.	55
Marília Uchôa Cavalcanti Lott de Moraes Costa, Marije Soto, Walter Dias Sueth Netto	
Letramento de crianças surdas a partir de contação de histórias em libras	75
Thaisa Cláudia de Oliveira Eugênio Rosa, Renata Cardoso de Sá Ribeiro Razuck, Adriana Baptista de Souza	
A libras no ensino superior à luz das políticas linguísticas: um estudo sobre perspectivas discentes	90
João Paulo da Silva Nascimento, Roberto de Freitas Junior	
Autoria e autoridade: notas sobre o conceito de literatura surda	105
Paulo Roberto Tonani do Patrocínio	
Intersinalês: a nova forma de comunicação da Libras no ambiente digital	118
Heloise Gripp Diniz, Clarissa Luna Fonseca Borges Guerretta	

Produções audiovisuais acessíveis em projetos de extensão da UFRJ: "TradInter Lab" e "SinalArt"

Valeria Fernandes Nunes (UFRJ)
Adriana Baptista de Souza (UFRJ)

João José Macedo (UFRJ)
Thabita de Oliveira Souza (UFRJ)

Introdução

Possibilitar que as informações sejam transmitidas a todos sem barreiras comunicacionais pode ser uma das formas de se garantir equidade em nossa sociedade. Nesse sentido, diversas ações vêm sendo desenvolvidas com foco na tradução de/para diferentes línguas visando à promoção de acessibilidade¹⁴ para todos.

Nessa perspectiva, investigamos produções audiovisuais acessíveis de dois projetos de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): o laboratório de tradução audiovisual acessível e interpretação Libras < > português (TradInter Lab) e o SinalArt - Sinalizando Arte. O TradInter Lab, desde 2020, desenvolve, tanto internamente, quanto em instituições parceiras, práticas de tradução e interpretação no par linguístico Libras - português, em ambas as direcionalidades, além de atuar na produção de legendagem de vídeos para surdos e ensurdecidos, dentre outras ações. O SinalArt, por sua vez, iniciado em 2022, em relação aos produtos audiovisuais, se dedica à criação de glossários de Libras em diferentes linguagens artísticas, promovendo, ainda, capacitações sobre Libras no contexto artístico.

Neste capítulo, buscamos apresentar e analisar, qualitativamente, dados provenientes de materiais produzidos pelos dois projetos de extensão, o que caracteriza este estudo como uma pesquisa documental, de cunho qualitativo, que objetiva descrever e explicar: (i) os procedimentos adotados pelo TradInter Lab nas práticas de tradução português > Libras e de legendagem para surdos e ensurdecidos; e (ii) as etapas dos glossários de Libras em vídeos pelo SinalArt, com foco nas fases de pré-produção, produção e pós-produção.

Após detalhamento do percurso metodológico da pesquisa no decorrer do capítulo, passamos à apresentação e análise dos dados, que se fundamentam, principalmente, no Guia para produções audiovisuais acessíveis da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura (Naves, 2016).

Além disso, a pesquisa está fundamentada também nos estudos de Quadros (2004), Bevilacqua & Kilian (2016) e Nascimento (2017) sobre tradução, tradução e interpretação de línguas de sinais, e formação do tradutor.

A seguir, para fins de contextualização do tema, bem como de exposição da sua relevância social e acadêmico-profissional, descrevemos informações sobre a legislação brasileira que orienta a produção audiovisual acessível (Silva, 2019) e sobre acessibilidade comunicativa nas produções audiovisuais, campo de pesquisa crescente dentro dos Estudos da Tradução, com ênfase na tradução audiovisual acessível (Spolidorio, 2017).

Produção audiovisual acessível: normativos legais no Brasil

Nesta seção, são descritos alguns normativos legais brasileiros que visam garantir a acessibilidade de conteúdos audiovisuais para pessoas com deficiência¹⁵, promovendo a inclusão social e a participação dessas pessoas em atividades culturais e de entretenimento.

No que tange à Língua Brasileira de Sinais (Libras), segundo Nunes, Souza e Guimarães (2023), embora o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) tenha sido fundado no século XIX, foi apenas em 2002, com a Lei nº 10.436/2002, que a Libras passou a ser reconhecida legalmente e, somente em 2021, a Lei nº 14.191/2021 incluiu a educação bilíngue para surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a Libras como primeira língua e o português como segunda língua.

Silva (2019) destaca os principais marcos legais sobre o direito à cultura, em especial, a respeito da produção audiovisual acessível:

1948

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo XXVII 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

1988

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] inciso V: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

2000

LEI n.º 10.098/2000

Critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

2006

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Artigo 9 Acessibilidade: os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação...

2006

MCTIC: NORMA COMPLEMENTAR n.º 01/2006 (TV ABERTA)

A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter legenda oculta, audiodescrição e dublagem.

2009

DECRETO n.º 6.949/2009

Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU (equivalência a Emenda Constitucional).

2010

LEI n.º 12.343/2010 - PLANO NACIONAL DE CULTURA

AMeta 29 do Plano Nacional de Cultura prevê 100% (cem por cento) das bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

2011

DECRETO n.º 7.612/2011- PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-VIVER SEM LIMITE

O Plano tem por objetivo dar coesão e organicidade a um conjunto de ações voltadas à promoção do acesso às pessoas com deficiência.

2013

ANCINE: AGENDA REGULATÓRIA ANCINE

Inclusão do tema acessibilidade em sua agenda regulatória a "Regulamentação de dispositivos que garantam o acesso a bens audiovisuais por pessoas com deficiência, observando a acessibilidade como tema transversal em todos os normativos aplicáveis da agência"

2014

ANCINE: INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 116/2014

Obrigação de inclusão de Legendagem, Legendagem Descritiva, Audiodescrição e LIBRAS nas cópias das obras audiovisuais brasileiras independentes fomentadas com recursos públicos federais

2015

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI n.º 13.146/2015) Art. 42

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I - a bens culturais em formato acessível; II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; [...] (SILVA, 2019, n.p.).

Sobre esses e outros normativos legais, vale ressaltar alguns aspectos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes gerais para a acessibilidade em diversas áreas, incluindo a comunicação e a cultura. Essa Lei foi um marco importante para garantir a acessibilidade nos meios de comunicação, como a televisão e as plataformas digitais. Alguns dos pontos relevantes incluem: (i) capítulo V - acessibilidade - estabelece que é direito da pessoa com deficiência a acessibilidade à informação, incluindo o conteúdo audiovisual; (ii) art. 63 - determina que os serviços de comunicação devem oferecer a acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo a adaptação de produtos audiovisuais.

A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), que incentiva a cultura no Brasil, incluindo disposições de acessibilidade cultural, também está regulamentada conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) para garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades culturais.

As Leis Complementares – Paulo Gustavo (Lei nº 195/2022 e Lei nº 202/2023) – foram criadas para apoiar o setor cultural afetado pela pandemia, destinando recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Elas exigem contrapartidas sociais, como exibições culturais acessíveis e a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como audiodescrição, Braille, Daisy e Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Em relação à Lei nº 12.485/2011, Lei do SeAC (Serviço de Acesso Condicionado), determina-se que a prestação de serviços de televisão por assinatura inclua ações de acessibilidade. A Lei especifica: (i) legenda oculta (closed caption) e audiodescrição em programação de canais de TV por assinatura; (ii) exigência de que os prestadores de serviços de televisão por assinatura garantam, quando possível, que a programação seja acessível para pessoas com deficiência auditiva e visual.

A Lei nº 13.777/2018 estabelece a regulamentação da acessibilidade no audiovisual e determina que as emissoras de TV abertas e por assinatura devem disponibilizar recursos de acessibilidade, como audiodescrição e closed caption, para conteúdos de entretenimento e programas jornalísticos. A lei também menciona a presença de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em transmissões televisivas.

Já a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também tem papel relevante na regulamentação da acessibilidade no audiovisual, com a imposição de normas e diretrizes sobre a implementação de tecnologias que garantam a acessibilidade em serviços de TV paga e IPTV.

A Anatel estabelece metas para a implementação de legendagem oculta e audiodescrição, buscando, assim, promover a inclusão. Destacam-se atualmente as principais modalidades de acessibilidade no audiovisual: (i) legendas (Closed Caption) - transcrição do conteúdo falado e de outros sons relevantes (como música, risos, etc.) para pessoas com deficiência auditiva e surdos; (ii) audiodescrição - descrição verbal das imagens de um programa audiovisual para pessoas com deficiência visual; (iii) Libras (Língua Brasileira de Sinais) - tradução do conteúdo para a língua de sinais, permitindo que pessoas surdas possam compreender a programação.

Para que os discursos em línguas orais nas produções audiovisuais estejam disponíveis em línguas de sinais, tem-se utilizado a janela de Libras, a qual, de acordo com Naves (2016), é o espaço onde o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) traduz para língua de sinais o conteúdo oral de uma produção audiovisual, localizando-se, geralmente, no canto inferior direito da tela na horizontal, simultaneamente à programação.

Nas redes sociais, principalmente no Instagram e no TikTok, cujas

exibições são com a tela na vertical, diferentes posições para a janela do intérprete têm sido observadas, fato que pode contribuir ou dificultar o acompanhamento da sinalização, dependendo da localização da janela e de conteúdos visuais em sobreposição.

Com o crescimento da internet e das plataformas de streaming, há também um movimento para a inclusão de audiodescrição, closed caption e Libras nesses ambientes. Por exemplo, a Lei do Audiovisual e os regulamentos da ANCINE (Agência Nacional do Cinema) incentivam a produção e distribuição de conteúdos acessíveis. Embora haja avanços, como a inclusão de legendas em plataformas de streaming (como Netflix e Amazon Prime), a legislação sobre a acessibilidade digital ainda é um campo em desenvolvimento no Brasil.

Apesar de a legislação brasileira abordar a questão da produção do audiovisual acessível, a implementação desses normativos legais ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere ao acesso em plataformas de streaming, redes sociais. Dessa forma, ampliar meios de conscientização, fiscalização e aprimoramento das políticas públicas continua a ser essencial para assegurar o pleno cumprimento das leis de acessibilidade.

Percorso metodológico

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, documental, de cunho qualitativo, analisamos procedimentos adotados em produções audiovisuais de dois projetos de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para este estudo, são investigados materiais que incluem documentos, registros e as produções audiovisuais propriamente ditas.

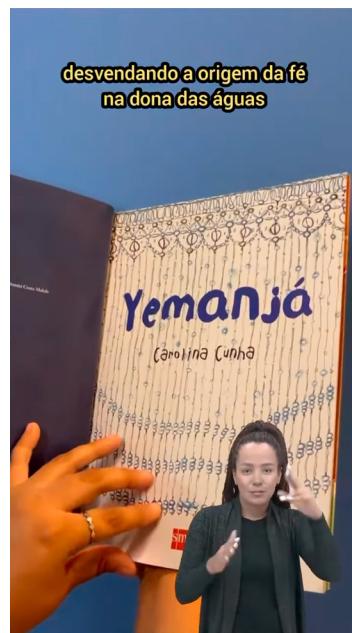
Os vídeos analisados fazem parte dos conteúdos produzidos pelos projetos de extensão “TradInter Lab: laboratório de tradução audiovisual acessível e interpretação Libras < > português”, no período de 2020 a 2024, e “SinalArt – Sinalizando Arte”, no período de 2022 a 2024. O TradInter Lab divulga suas produções no canal do Departamento de Letras-Libras da UFRJ no Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCaYNOUNk9Uwn09DM8yOgY0g>). Dentre as playlists do canal, estão algumas do TradInter Lab, separadas e nomeadas de acordo com as parcerias firmadas (<https://www.youtube.com/@LetrasLibrasUFRJ/playlists>). Já o SinalArt possui um canal próprio (<https://www.youtube.com/@sinalart>), com playlists organizadas de acordo com os temas de cada glossário (<https://www.youtube.com/@sinalart/playlists>).

A seguir, são detalhados os dados que compõem esta pesquisa: (i) os procedimentos adotados pelo TradInter Lab nas práticas de legendagem e tradução português > Libras); (ii) as etapas do SinalArt na criação dos glossários de Libras em vídeos, incluindo as diferentes fases de pré-produção, produção e pós-produção.

TradInter Lab: laboratório de tradução audiovisual acessível e interpretação Libras < > português

A tradução audiovisual acessível contempla, em especial, as seguintes modalidades: a Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE), a Audiodescrição e a Janela de Libras (Spolidorio, 2017). Nesse sentido, o projeto de extensão TradInter Lab tem desenvolvido diversas atividades com foco na tradução audiovisual acessível em diferentes formatos. Nesta seção, apresentamos dois materiais produzidos pelo projeto (Figuras 01 e 02) e, posteriormente, descrevemos as etapas da construção e da produção, tanto das legendas, quanto da tradução para Libras.

Fígura 1: Leitura Indica: vertical



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=KnZIPSfrA84&list=PLm7qw9oYBxalZ QQVz_AQSU2KsjqsDWknz

Fígura 1: Leitura Indica: vertical



Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=KnZIPsfrA84
&list=PLm7qw9oYBxalZQQVz_AQSU2KsjqsDWknz](https://www.youtube.com/watch?v=KnZIPsfrA84&list=PLm7qw9oYBxalZQQVz_AQSU2KsjqsDWknz)

Ambas as figuras são prints de produções realizadas pelo TradInter Lab em parceria com o Observatório de Favelas. Leitura Indica é uma das ações do Bela Maré, que, por sua vez, é um dos projetos do Observatório de Favelas. O objetivo do Leitura Indica é, todo mês, apresentar sugestões de leitura para a sociedade. Destacamos, nos dois exemplos acima a presença da janela de Libras e a legenda para surdos e ensurdecidos.

A legendagem para surdos e ensurdecidos, mais do que transcrever para português escrito o que é dito em português oral, objetiva informar o público surdo acerca dos conteúdos sonoros presentes na produção audiovisual, como efeitos sonoros, música e identificação dos falantes. Nem todo conteúdo sonoro deve ser legendado, mas apenas o que for considerado relevante pelo profissional legendista para o entendimento do contexto. O legendista é um tradutor. E legenda é uma tradução, mesmo que ocorrendo dentro da mesma língua, como é o caso da legendagem para surdos e ensurdecidos. Entendemos este tipo de tradução como tradução intralingual, conforme classificação de Jakobson (1975). Assim como qualquer

outro tipo de tradutor, o legendista precisa fazer escolhas tradutórias, pois além de traduzir conteúdos falados para texto escrito, acomodando-os ao espaço disponível para a legenda, ele precisa traduzir diversos tipos de som também através da escrita, possibilitando que o público surdo comprehenda não apenas o que é dito, mas todo o contexto sonoro da cena (Spolidorio, 2017).

Um exemplo disso pode ser visto na figura 1 acima, em que o vídeo da direita apresenta, entre colchetes (Naves, 2016), a descrição da música que está sendo tocada ao final do vídeo. Como é uma legenda que pode permanecer bastante tempo em tela, enquanto os créditos estão passando, e não há mais informações visuais, como o intérprete de Libras, foi possível detalhar bem o tipo de música e os instrumentos que podiam ser ouvidos, algo que não é possível com tanto detalhe a depender do tempo de permanência da legenda na tela e outros conteúdos visuais exibidos ao mesmo tempo.

Na Figura 2 acima, temos dois exemplos de vídeos na horizontal, formato mais tradicional, comum em publicações no Youtube. As legendas na cor amarela, posicionadas na parte inferior da tela, também seguem o padrão tradicional, conforme sugere o Guia para produções audiovisuais acessíveis (Naves, 2016). Na Figura 1, no entanto, o posicionamento da legenda foge do padrão. Isso porque, por ser um vídeo no formato vertical, comum em publicações no Instagram, apresenta muita poluição visual em sua parte inferior e, neste caso em especial, ainda conta com a janela do intérprete. Assim, após estudo, testes e consultoria surda no âmbito do projeto de extensão, ficou definido que vídeos em formato vertical teriam a legenda posicionada na sua parte superior.

Já a tradução para Libras consiste em uma tradução interlingual (Jakobson, 1975), que, assim como a legendagem, é um processo tradutório que, ao contrário de uma interpretação simultânea, em que o profissional intérprete atua em tempo real, ou seja, interpreta no mesmo momento em que o discurso está sendo proferido, a tradução não ocorre de forma simultânea, o que permite ao tradutor, assim como ao legendista, trabalhar de forma mais reflexiva, fazendo escolhas tradutórias mais conscientes e com o tempo necessário para ajustes, revisões e refinamento do conteúdo.

Para Nascimento (2016), a tradução envolve o registro de atos comunicativos com tempo de produção, o que possibilita o uso de recursos adicionais, como consultas e revisões, antes da finalização do processo.

No contexto do TradInter Lab, são realizadas traduções português – Libras em ambas as direcionalidades, mas o foco desta pesquisa está nas traduções feitas do português para a Libras, como podemos verificar nos exemplos acima. Ambos os materiais chegam ao projeto em português oral e os colaboradores do TradInter Lab, divididos em equipes trabalham na acessibilidade do vídeo colocando legendas e janela de Libras.

O processo de tradução segue uma estrutura organizada. Primeiro, o graduando extensionista recebe o material que será traduzido para estudo. Nesse momento, ele tem a oportunidade de refletir sobre suas escolhas tradutorias, fazendo pesquisa terminológica, bem como discutindo com o supervisor para tirar suas dúvidas. O extensionista registra sua tradução em glosas que, após aprovadas pelo supervisor, são gravadas em forma de vídeo-rascunho. O vídeo-rascunho é submetido à revisão de outros extensionistas ouvintes, bem como dos consultores surdos, que fazem propostas de melhoria. Tudo isso é sistematizado através de planilhas compartilhadas virtualmente e os vídeo são armazenados em pastas específicas no Google Drive do projeto.

O processo de revisão é fundamental e é realizado nas três seguintes fases: (i) cotejar o texto original com a tradução em Libras, verificando se o conteúdo da mensagem foi preservado; (ii) revisar a sinalização (precisão e fluidez) e avaliar questões técnicas, como enquadramento e iluminação; (iii) identificar problemas nas revisões e retornar, se necessário, o vídeo para a equipe de tradução, que poderá fazer ajustes e submeter novamente à revisão ou então partir diretamente para a gravação da versão final, que é realizada no estúdio da Faculdade de Letras UFRJ, por meio do trabalho do técnico de áudio e vídeo, colaborador do projeto. As gravações em estúdio são acompanhadas por um supervisor ouvinte e um supervisor surdo e, com a versão final concluída, o vídeo vai para edição e é enviado ao solicitante para publicação.

Quanto ao processo de legendagem, ele segue etapas semelhantes. O material chega ao extensionista transcritor, que irá transcrever todo o conteúdo oral para texto escrito corrido. Este texto é enviado ao extensionista legendista que, através de um programa específico, procede à legendagem. O vídeo legendado passa por duas equipes de revisão: uma de ouvintes, que coteja o conteúdo oral com o conteúdo das legendas, e uma de surdos, que assiste ao vídeo legendado e informa sobre dificuldades que tiveram na leitura, como pouco tempo de permanência em tela de uma

legenda extensa, mensagem muito complexa, problemas de segmentação e erros de digitação. Após as revisões, o conteúdo retorna para o legendista, que faz os ajustes e embute a legenda no vídeo para envio ao solicitante.

Os procedimentos adotados no TradInter Lab para a tradução audiovisual acessível têm um caráter contínuo e sistemático, com a finalidade de atender não apenas às necessidades internas da comunidade acadêmica no que se refere à promoção da acessibilidade, mas também de apoiar, colaborar e contribuir com outras instituições externas e divulgação dos produtos para a sociedade.

Compreendemos a tradução como uma atividade multifacetada. O processo tradutório exige não só a substituição de palavras em uma língua por palavras em outra língua, mas também a análise dos contextos, significados e intenções comunicativas, levando em consideração aspectos linguísticos e culturais. Segundo os estudos de Bevilacqua e Kilian (2017), a tradução envolve aspectos culturais, sociais e linguísticos de cada comunidade, que o tradutor deve levar em consideração ao realizar suas escolhas tradutórias.

Vale ressaltar que, dentro deste projeto, que se fundamenta no tripé universitário ensinopesquisa-extensão, também visamos à oferta de capacitações para que os extensionistas possam estar atualizados, refletir teoricamente sobre sua prática e estar preparados para executar as tarefas, que são acompanhadas por supervisores especializados, como docentes ou Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais, garantindo, assim, para além da promoção de acessibilidade, um processo formativo para os estudantes.

SinalArt: Sinalizando Artes

Nesta seção, são destacadas as relevâncias linguística, pedagógica e social de glossário de Libras sobre linguagens artísticas e, em seguida, analisamos as etapas de pré-produção, produção e pós-produção da elaboração desse glossário no SinalArtlíngua em uso, com base nos gêneros discursivos, na língua em uso e em letramentos críticos.

A produção de glossário de linguagens artísticas em Libras é multifacetada e essencial pois reúne tanto o conhecimento linguístico quanto o conhecimento artístico. A Libras, como uma língua visual-espacial, possui estruturas linguísticas específicas e os glossários possibilitam o acesso a

sinais específicos, contribuindo para que surdos compreendam e participem plenamente de manifestações culturais, como teatro, dança, música, artes visuais, entre outras.

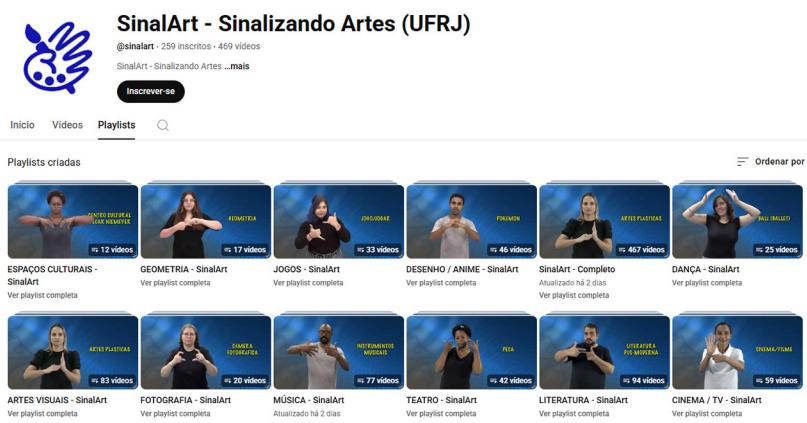
A criação de glossários de Libras em contextos artísticos também colabora para a valorização e disseminação dessa língua em nosso país, reconhecendo-a como uma forma legítima e rica de expressão artística.

Os glossários de Libras em diferentes linguagens artísticas também funcionam como meios pedagógicos valiosos para professores, tradutores e intérpretes porque são fontes de referência. Assim, é possível transmitir conceitos artísticos em aulas ou performances, promovendo melhor compreensão e interpretação, tendo em vista que ainda há falta de vocabulário técnico específico.

Vale destacar que, a partir do glossário com termos específicos para as artes, rompemse barreiras de acesso à informação. Logo, possibilita-se que surdos sejam inseridos tanto na formação quanto na produção artística, garantindo-lhes a participação ativa nas práticas culturais. Isso não apenas amplia a representatividade de surdos no mundo artístico, mas também fortalece o senso de pertencimento e inclusão social.

Em resumo, a importância de um glossário de linguagens artísticas em Libras está diretamente ligada à inclusão, acessibilidade e valorização da cultura surda nas produções culturais. Ele oferece as ferramentas necessárias para que surdos possam se engajar ativamente no mundo artístico, promovendo a participação igualitária e o respeito às diversas formas de expressão cultural. A seguir, apresenta-se na Figura 3 o glossário de Libras em contextos artísticos do SinalArt disponível no Youtube.

Figura 03 - Glossário do SinalArt em canal do Youtube



Fonte: <https://www.youtube.com/@sinalart/playlists>

A produção do glossário no formato audiovisual é possível atualmente devido ao avanço das tecnologias. Compreendemos que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são um conjunto de recursos tecnológicos utilizados para transmitir, processar e armazenar informações e têm contribuído na gestão das atividades no projeto. Nas TICs, encontramos diversos recursos, tais como: internet e redes de comunicação móvel; hardware - computadores, tablets e smartphones, e softwares; aplicativos; plataformas de E-learning; e sistemas de gerenciamento de aprendizagem (Takano, 2024, p.4).

Assim, o processo de construção de cada vídeo do glossário do projeto SinalArt segue uma série de etapas bem definidas, divididas entre pré-produção, produção e pós-produção. A fase de pré-produção começa com a pesquisa de sinais, um momento crucial para a escolha de termos e sinais que melhor representem os conceitos das linguagens artísticas. Para isso, os extensionistas, surdos e ouvintes, recorrem a estudos acadêmicos e também às redes sociais de estabelecimentos de ensino, como universidades e centros de referência em Libras, buscando fontes confiáveis e atualizadas sobre a terminologia e os sinais mais utilizados nas diferentes manifestações artísticas. No momento, o SinalArt não propõe a criação de sinais e sim levantamento de sinais já utilizados em território nacional.

Nesta fase, por meio de tabela compartilhada com os extensionistas, ocorre também a produção de anotações sobre a sinalização, tais como processo fonológico do sinal, referência, link com o vídeo do sinal e, se necessário, vídeo rascunho do extensionista produzindo o sinal. Esses dados são armazenados em plataformas como o Google Drive, permitindo o compartilhamento e a colaboração entre os membros da equipe.

Além disso, nesta fase, realizamos a seleção do figurino, que consiste em blusa tipo Tshirt/polo na cor preta para pessoas de pele clara e na cor cinza/branco para pessoas de pele escura. A escolha das cores visa a um contraste com a pele, o que facilita a visualização da sinalização.

Na etapa de produção, a organização do material técnico é essencial para garantir que a gravação do vídeo aconteça com a melhor qualidade possível. Isso envolve a preparação do local de gravação com diversos equipamentos (iluminação, câmera, teleprompter, fundo para Chroma Key, TV de retorno e claquete).

Durante a gravação, a equipe cria um ambiente de descontração, ajudando os participantes a se sentirem à vontade para a gravação dos sinais. O enquadramento das câmeras é ajustado para garantir que os sinais em Libras sejam claramente visíveis. Durante a gravação, o participante pode se assistir na tela de retorno, o que facilita sua produção. Ao final da gravação de cada sinal, o material é revisado por um especialista.

A fase de pós-produção busca dar a forma final ao vídeo. A programação visual do vídeo é planejada, com a criação de um cenário virtual. A escolha da tipografia, cores e o design da Minerva, uma identificação institucional da UFRJ, são feitos de forma a manter a identidade visual do projeto. Na edição, são utilizados diferentes softwares, tais como Final Cut, Adobe Premiere e Da Vinci Resolve, para realizar cortes, ajustes de áudio e imagem, além de adicionar legendas e outros elementos visuais.

A legenda em português para cada vídeo é escrita e inserida ao lado da sinalização, ao invés de ser posta na parte inferior do vídeo como de praxe, conforme se observa na Figura 4 o sinal FORRÓ, sinalizado pelo surdo Arlindo de Jesus Pereira, membro da equipe do projeto SinalArt.

Figura 04 - Sinal FORRÓ



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=907UMw1ekT0&list=PLef_rsbhoQ_hscGaDV2XuSIqQbTbWtV60&index=13

Essa escolha de legenda ao lado da sinalização tem como objetivo auxiliar o espectador do vídeo porque tanto a sinalização quanto a legenda estão no mesmo campo de visão. Cada vídeo possui a sinalização de um sinal que é repetido duas vezes. Se for encontrado na fase de pré-produção mais de uma variação linguística para o sinal, é possível que a gravação apresente mais de uma versão de sinalização para um mesmo sinal.

Por fim, o vídeo é postado no YouTube, onde são feitas a inclusão de tags para facilitar a busca, a adição da ficha técnica e a organização do material em playlists. Assim, a divisão em playlists específicas para cada linguagem artística e a separação de uma playlist única em ordem alfabética são estratégias para facilitar a busca do público interessado. Na Tabela 01, são sintetizados os dados do glossário de 2022 a 2024.

Playlists	Quantidade de sinais online (2022 a 2023)	Quantidade de sinais em edição (2024)	Total de Sinais
Artes Visuais	76	24	
Cinema/Streaming	46	25	
Dança	25		
Desenho/ anime	35		
Espaços culturais		47	
Fotografia	20		
Geometria (extra)	17		
Jogos/ Games	33		
Literatura	61	55	
Música	49	41	
Teatro	42	5	
Total	366	101	467

Dessa forma, a criação e utilização de glossários de Libras em contextos artísticos desempenha um papel essencial na promoção da inclusão e acessibilidade cultural para a comunidade surda. Ao traduzir conceitos artísticos para a Libras, esses glossários não apenas facilitam a compreensão e participação ativa dos surdos nas manifestações culturais, mas também valorizam a língua de sinais como uma forma legítima e rica de expressão artística.

Considerações Finais

Podemos perceber, ao longo deste capítulo, que, nas análises dos dois projetos, são observadas práticas que contribuem para reduzir as barreiras comunicacionais e possibilitam o acesso às informações por parte das pessoas surdas, seja por meio da legendagem para surdos e ensurdecidos, seja por meio da janela de Libras, ou ainda, por meio da sistematização de sinais em forma de glossários, todas produções audiovisuais acessíveis disponibilizadas de forma online para todos. O conhecimento adquirido ao longo dos processos é constantemente aplicado e adaptado a novas demandas externas, buscando sempre impacto positivo

e ampla disseminação das produções geradas, de forma a beneficiar não apenas os membros da comunidade acadêmica, mas a sociedade como um todo.

Dessa forma, os resultados da pesquisa sugerem que as práticas de produção de acessibilidade audiovisual podem oferecer novos caminhos tanto para pesquisas acadêmicas quanto para a implementação de práticas em outras áreas com o mesmo objetivo. Assim, este estudo contribui para a formação acadêmica, além de promover a divulgação da Libras e a inclusão social das pessoas surdas em nossa sociedade.

Referências

- 1 BEVILACQUA, C. R.; KILIAN, C. K. Tradução e terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor. Domínios de Linguagem, v. 11, n. 5, p. 1707-1726, 2017
- 2 JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1975.
- 3 NASCIMENTO, M.V.B. Formação de Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa. 2016. 318 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- 4 NAVES, S. B. Guia para produções audiovisuais acessíveis. Brasília: Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual, 2016.
- 5 NUNES, V. F.; SOUZA, A. B.; GUIMARÃES, D. F. Acessibilidade audiovisual: legendas e janelas de Libras. Revista Thema. Rio Grande do Sul: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), v.22, n.1, p.231-249, 2023.
- 6 QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- 7 SILVA, L. M. Acessibilidade e Ancine: marcos legais e o avanço para a sociedade. Brasília: Agência Nacional do Cinema, 2019.
- 8 SPOLIDORIO, S. Mapeando a tradução audiovisual acessível no Brasil. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n (56:2): 313-345, 2017.
- 9 TAKANO, S.A importância da tecnologia de informação e comunicação (TIC) na educação inclusiva. Curitiba, PR: Editora Foco, 2024.